

Taxa de lucro e desigualdade, um estudo sobre a evolução do capitalismo brasileiro.

Juliana Carvalho Brandão

Daniel Nogueira Silva

Introdução

A taxa de lucro é elemento fundamental de análise da dinâmica de flutuação das economias, presente em diversos trabalhos (Marquetti et.al,2010; Xie,Li and Zhu,2013; Marquetti, Hoff e Miebach,2016). Ela mede fundamentalmente o nível de valorização do capital total avançado, componente central para as dinâmicas do sistema capitalista (Marquetti et.al 2010). A desigualdade, por sua vez, é um fenômeno proeminente em economias em crise, uma tendência, a qual pode ser captada na abordagem marxista da teoria das crises, que considera uma síntese de cálculo da taxa de lucro, bem como outros fatores como relações de capital-trabalho, realização do valor, a composição orgânica do capital, o dinheiro e o crédito (Xie,Li and Zhu, 2013). De acordo com essa teoria, a taxa de lucro se destaca para análises de longo prazo das tendências do capitalismo, como por exemplo acumulação e crises.

O cálculo da taxa de lucro considera os lucros totais de um período determinado e o capital total avançado. Portanto, analisar o dinamismo de uma economia como um todo se torna um exercício de maior relevância (como é o objetivo deste trabalho), especialmente os altos e baixos do processo de acumulação. Na economia brasileira, por exemplo, a análise da taxa de lucro desde sua queda durante a era de ouro do modelo de substituição de importações, a expansão do lucro da metade dos anos 60, e a posterior queda entre 1973 e 1989, é de crucial importância para a compreensão da sua crise estrutural (Marquetti et.al,2009). Houveram mudanças institucionais e no crescimento econômico acompanhando as quedas na taxa de lucro na economia brasileira.

A desigualdade de renda enquanto fenômeno estrutural acompanha as mudanças institucionais e flutuações da taxa de lucro, principalmente enquanto fator inerente do

modo de produção capitalista. Faz-se necessária uma análise das mudanças institucionais que acompanham o movimento cíclico da taxa de lucro e que pode considerar mecanismos intrínsecos à dinâmica capitalista, como a desigualdade. Segundo a abordagem marxista, não é possível erradicar a desigualdade sem alterar os mecanismos capitalistas, sendo necessário superar o sistema por um modo de produção inerentemente diferente (PEET,1975).

Enquanto medida de lucro, a taxa considera a parcela que é apropriada pelas classes. Existe uma parcela de trabalhadores improdutivo e uma divisão de classes e salários que contribui para estabelecer os pilares do capitalismo com desigualdade entre as classes, quando se considera a desigualdade de renda como parte do sistema de salários. Existe uma transferência de oferta de valor, e também força de trabalho acumulada pela classe capitalista, e que historicamente paga à classe trabalhadora uma soma menor que o valor dos bens produzidos.

Existe uma cadeia de produção que começa na firma e se expande produzindo e reproduzindo desigualdades, através do repasse da força de trabalho em forma de lucro e recebimento de renda em forma de salários. As diferenças aumentam juntamente ao processo de acumulação, e esse processo acontece paralelo a momentos de crise e a queda na taxa de lucro. É objetivo deste trabalho discorrer sobre essa relação em uma retomada do tema da desigualdade a partir da análise marxista da tendência ao declínio da taxa de lucro e processos de acumulação e crises.

Importa destacar que a relação que se estabelece entre taxa de lucro e desigualdade tem lugar numa economia com características específicas de desenvolvimento, e a taxa de lucro é incorporada enquanto elemento central para compreender não somente a desigualdade de renda como também a própria dinâmica do capitalismo brasileiro em seu modelo de desenvolvimento. Para isso, é retomada a discussão do modelo de desenvolvimento liberal periférico brasileiro, considerando o cenário da quase estagnação da economia capitalista no Brasil, os reflexos da lucratividade no valor adicionado e a concorrência dos capitais em busca de maior lucratividade.

1.A composição da taxa de lucro e os movimentos da mais-valia: influências na produção e composição do mercado de trabalho

A lei de tendência a queda na taxa de lucro expressa a essência da sociedade capitalista: a subsunção do trabalho ao capital, ou como colocou Augusto(2005), o domínio das coisas sobre as pessoas. Por ser um processo que resulta das tendências da acumulação, e por apresentar em um dos movimentos da mais-valia que o compõe uma elevação da jornada de trabalho, existem inúmeras consequências da exploração contida nesse movimento, dentre elas o aumento da desigualdade social nos territórios abarcados pelo capital em sua busca por lucros maiores.

A compreensão dos caminhos percorridos pela taxa de lucro e sua composição são elementos fundamentais para a determinação do nível de exploração e possível aumento dos abismos sociais em determinados setores ou territórios, especialmente aqueles onde se observa proeminente o tipo de capitalismo predatório com elevado custo humano e social.

A relação da taxa de lucro com os territórios pode ser entendida como os movimentos tendenciais da taxa no espaço e no tempo, absorvendo e criando processos contraditórios à medida em que consegue atingir o objetivo-mor: aumento da mais-valia. Se num determinado território existir a predominância de um tipo de empreendimento de alta lucratividade, o caminho da taxa de lucro será o de elevar a mais valia enquanto mantém um processo de diminuição relativa do capital variável adiantado (Augusto,2005). Neste ponto, deve-se atentar para a forma como essa diminuição relativa do capital variável se dará, devido ao impacto que as mudanças induzidas pelas escolhas do capitalista nesse componente que irão surtir efeitos nos níveis de informalidade, variável importante para a medição da desigualdade num território.

A distribuição de renda é um dos aspectos mais importantes de análise da desigualdade social, e em países como o Brasil, ela é influenciada pela taxa de informalidade (Santos et.al,2017). Dois aspectos são necessários para a melhor compreensão desse processo de influência na desigualdade de renda: o primeiro é o

desenvolvimento econômico reduzindo a desigualdade de renda; e o segundo é a lei da tendência a queda na taxa de lucro como empecilho ao desenvolvimento na medida em que pressupõe a maior quantidade possível de massa de trabalho em mais-valia, elevando a exploração do trabalho ao máximo.

A contradição proveniente da exploração máxima do trabalho constitui a principal relação do funcionamento de um dos pilares do capitalismo com a desigualdade, visto que necessariamente é impossível explorar com o mesmo capital global a mesma quantidade anterior de trabalho. Daí a busca por setores mais lucrativos e mais-valor extraordinário, e as saídas por dentro do capitalismo (tecnologia, migração de mão-de-obra) impediriam que o desenvolvimento econômico agisse para a diminuição de desigualdades. Pelo contrário, o advento da tecnologia nesse processo atuaria na produção de mais-valor extraordinário, comprimindo a força de trabalho e modificando-a.

A qualificação de mão-de-obra para o uso das novas tecnologias não necessariamente fazem parte do território onde o capital esteja investido ou instalado, e a geração de valor departamental tende a criar processos de dependência de territórios na medida de sua composição técnica de capital. Não raro, os movimentos tendenciais da taxa de lucro encontram limites dados pela própria jornada de trabalho, e a composição técnica de capital. Segundo Saad (2011), a composição técnica do capital (CTC) é a razão entre a massa de insumos materiais e o trabalho vivo.

O esgotamento de recursos ou a falta de mão-de-obra qualificada modificam a composição técnica e se refletem na composição orgânica do capital, com diminuição do capital variável e compressão da taxa de lucro. Esse é um movimento esperado, e portanto a taxa de lucro muda com o passar do tempo, e essas variações são acompanhadas de mudanças no capital variável que não raro podem gerar situações de desemprego estrutural ou flexibilizações que impactam a jornada de trabalho. Esses são efeitos perversos para a desigualdade social em países com fragilidade das leis trabalhistas e altos níveis de população em situação de vulnerabilidade social como é o caso do Brasil.

Tanto o PIB quanto a renda per capita dependem da composição do capital, e em termos de desigualdade, Robinson (1976) mostrou que as migrações da agricultura não raro são caracterizadas pela mudança de um setor de baixa desigualdade e renda per capita, diferente do que ocorre nas indústrias. O que acontece com a taxa de lucro nesses dois momentos é que , sendo a mesma mais-valia diferente composição do capital, as taxas de lucros são desiguais e o movimento irá sempre para onde possa ser criado uma quantidade maior de mais-valor, e aí será maior a desigualdade e possivelmente a renda per capita.

As diferenças entre a produtividade do trabalho, determinada pela massa de meio de produção que pode se tornar em produto final (Saad,2011) e de valor dos meios a partir de uma hora de trabalho vivo é o que vai refletir a composição orgânica do capital (“composição tecnológica”) na produção e que vão surtir efeitos na taxa de lucro, tais como:mudança no valor do capital variável independente por meio do aumento ou queda de preços dos meios produzidos em diferentes setores. Daí falar sobre os efeitos da dependência departamental de países periféricos que influenciam no PIB , pib per capita e, portanto, na desigualdade.

2.A desvalorização de capital decorrente da queda da taxa de lucro e a pobreza

O aumento da produtividade na produção de uma mercadoria e a diminuição do valor contido nela, bem como do valor da força de trabalho ilustra bem como situações de precarização podem ocorrer durante a busca de mais-valia relativa. A busca por lucro, acirrando a concorrência, influencia os métodos de produção e o limite da diminuição dos custos de produção é a alteração da composição orgânica de capital, seja por meio de tecnologia, de migração de mão-de-obra ou alterações nos salários.

Sejam quais forem os efeitos, são sempre subsequentes a elevação da composição técnica do capital e diminuição do valor do capital constante, e cabe nessa diminuição uma investigação dos efeitos para os territórios onde o capital esteja investido. Por mais difícil que seja medir o grau de depreciação do capital, é natural que grandes empreendimentos sejam acompanhados por um nível de depreciação e impacto na força de trabalho que influencie os entornos. No caso do capitalismo predatório, a precarização é muitas vezes parte da configuração dos mercados e sujeita a leis de

mercado internacional que favorecem os baixos custos do capital em detrimento do pagamento de salários e investimentos que melhoram a qualidade de vida da população.

A mudança da composição orgânica do capital e processos de desigualdade social nos territórios são efeitos paralelos que podem ser acentuados pelo nível de pobreza já existente. A pobreza, mais sensível a processos de desigualdade, absorve os movimentos de outras variáveis que influenciam a decisão dos capitalistas e os movimentos da taxa de lucro, como a abertura comercial, a variação da população, o investimento e a taxa de desemprego. São variáveis que influenciam a desigualdade de renda, fator que vai impactar diretamente a demanda pela produção dos setores mais lucrativos, especialmente afetada pelo índice de Gini.

O índice de Gini é a medida de desigualdade mais utilizada nos trabalhos (Santos et.al, 2017) e a renda per capita é o índice de desenvolvimento econômico. O conjunto desses indicadores ajudam a compreender aspectos qualitativos de um território com acesso a saneamento básico, educação, etc. São índices que podem apontar as possibilidades de formação das massas de trabalho e o tamanho da demanda dessas sociedades. Essas massas podem migrar para o setor informal, caracterizando mudanças importantes do capital variável para muitos empreendimentos, em relação íntima com a pobreza para buscar recursos (Santos et.al,2017). A pobreza e o setor informal juntos possuem uma relação direta com a desigualdade.

As leis trabalhistas e instituições de proteção salarial assim como políticas públicas de geração de emprego e renda influenciam diretamente os processos de desigualdade nos territórios. São fatores que mudam de país para país, assim como a relação da herança, como apontou Piketty (2013). Nos países capitalistas, mesmo as instituições não salvaguardam o funcionamento das estruturas capitalistas no que concerne à acumulação de capital. A acumulação de capital faz parte da lógica inerente de valorização da produção capitalista e seus limites (em sua maioria, condizentes à mudança técnica), como mostrou Reuten (1991) . Nesses limites é que atuam com papel central as diferenças institucionais e políticas dos países capitalistas para que os efeitos das desigualdades fossem reduzidos.

Os efeitos do capital em continuamente expandir os lucros impactam os custos por unidade, na busca de aumento da taxa (Reuten,1991). Essa redução tem limites quantitativos e qualitativos, devido a intensidade de trabalho que pode ser imputado num processo de produção, e a valorização de capital via acumulação, caracterizada pelo incremento de tecnologia. Esses limites, quando tocam os salários, começam a afetar um dos componentes mais importantes da desigualdade de renda: desigualdade da renda do trabalho. As mudanças no capital constante na busca por aumento dos lucros, quando ocorre, afeta a desigualdade de propriedade do capital.

As instituições e diferenças políticas dos países são centrais para o destino da força de trabalho e a maneira como os efeitos das mudanças de capital variável e da produção de mais-valia vão se espalhar na sociedade. Uma vez impactados os salários na redução de custos, cabe ao Estado medidas de proteção para garantir que certa qualidade de vida, níveis de escolaridade e estudo consigam manter a renda do trabalho. Imensa maioria da população trabalhadora não conta com rendas de herança, e esse é outro processo com possibilidade de intensificação na busca por lucros maiores que uma vez alcançados tendem a formar elites e famílias quando do caso de o capital constante significar uma localização territorial perene de um ou mais empreendimentos. Deve-se observar portanto uma relação da busca por ramos de produção mais lucrativos com a performance da renda do trabalho e da formação de elites nos territórios.

Para identificar o papel das rendas durante o processo de valorização do capital e acumulação, torna-se útil a separação feita por Piketty (2013) das rendas do trabalho e do capital. A segunda se relaciona com a busca por aumentos dos lucros e tem efeitos na diminuição dos custos e possui um limite. Podem ser títulos de propriedade do capital, diferente da renda de trabalho que abrange sobretudo os salários. Os salários vão sentir os efeitos das jornadas de trabalho em países com alto índice de informalidade, e instituições que não garantem rigidez de leis trabalhistas e proteções sociais. Tem-se aí um limite importante para o aumento de intensidade do trabalho na acumulação, além do físico.

Os limites de aumento da intensidade do trabalho, mesmo considerando as mudanças técnicas não podem ser infinitos. Ausentes as instituições, são processos de

desvalorização do capital que podem implicar em precarização, demissões e toda sorte de males característicos do modo predatório de produção capitalista. Nesse modo, é possível encontrar sociedades totalmente desiguais, tanto em desigualdade do trabalho quanto do capital, e o resultado é uma distribuição de renda desigual entre seus dois componentes: renda do trabalho e renda do capital.

Sobre a distribuição de renda desigual, Marquetti et.al (2021) aponta que mudanças na tecnologia também afeta a taxa de lucro, bem como a alocação do capital entre o investimento produtivo e aquele não produtivo. Portanto, observa-se diferentes fases em diferentes taxas de acumulação e taxas de crescimento. Existe uma influência significativa da conformação institucional nas crises e no comportamento da taxa de lucro, e técnicas dominantes não conseguem manter a rentabilidade do capital

No caso do Brasil, com modelo de desenvolvimento capitalista liberal periférico, existem sinais de esgotamento do capitalismo que convergem a uma crise de lucratividade. Geralmente, possuem efeitos do declínio da produtividade do capital, com aumento dos salários, o que conduz a uma decisão da classe capitalista em restaurar o neoliberalismo, com elevação da taxa de lucro. A elevação não acompanha aumento na taxa de acumulação devido à expansão das finanças.

É preciso ressaltar que a queda na taxa de lucro reduz as expectativas de lucratividade, com diminuição da acumulação de capital, da produção e do emprego. Dentro dessa perspectiva, as instituições em diferentes fases do capitalismo tendem a estabilizar a rentabilidade, bem como a acumulação de capital. Nesse sentido, de acordo com Marquetti et al (2021), o os salários passam a assumir papel relevante sendo o salário-produto médio o indicador do custo real pro capitalista, e o salário nominal deflacionado outro valor indicado pelo índice dos preços ao consumidor, refletindo o poder de compra dos trabalhadores. O lucro, desse modo, irá diminuir e a taxa de lucro também, se o salário-produto real aumentar a taxas superiores à produtividade real do trabalho.

Alguns elementos de análise são cruciais para o comportamento da taxa de lucro nessa perspectiva, sejam eles a produtividade potencial do capital, que aumenta quando o deflator do PIB aumenta em relação ao deflator da formação bruta de capital físico, e

também a produtividade potencial do trabalho que em termos reais pode crescer, com diminuição da razão capital-trabalho. Importa nessa perspectiva incorporar o nível de utilização da capacidade instalada, o qual diz respeito à demanda e quando decresce leva consigo a taxa de lucro.

Quando se observa o comportamento da taxa de lucro em relação à dinâmica do capitalismo brasileiro, é possível notar o período de 1980-2020 como marcado pelo neoliberalismo com pouco crescimento econômico e, segundo Marquetti et al (2021) podendo ser dividido em 4 subperíodos. O primeiro marcado pela estagnação e aumento da inflação, com lento e persistente abandono da ISI; o segundo de 1989 a 2002, com modelo neoliberal; e o terceiro de 2003 a 2014 com a mistura de elementos desenvolvimentistas e liberais; a partir de 2015, há a volta completa do neoliberalismo em particular depois do impedimento presidencial em 2016.

Uma fase importante foi a inflexão política decorrente do golpe de 1964, que levou a um alinhamento entre o Estado e os capitalistas. As reformas pró-capital e de restrição salarial se efetivaram e em 1975 a parcela de lucros atingiu seu nível máximo. O lento movimento de queda, e posterior ascensão no período neoliberal após a ascensão de Fernando Henrique Cardoso delimitou o período caracterizado pelo modelo de desenvolvimento “liberal periférico” com efeitos importantes para a distribuição funcional da renda e a desigualdade na economia brasileira. A próxima seção discorre sobre esse modelo e seus reflexos na evolução capitalista da economia no Brasil.

2.O modelo Liberal Periférico e sua dimensão econômica e política

O primeiro padrão de desenvolvimento da economia capitalista no Brasil ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”, e apresentou uma taxa de lucro que se manteve elevada até os anos 1980. O período de crise subsequente abarca os anos 1980, com intensa queda da taxa de lucro, e dentre os responsáveis pela crise estão o excessivo endividamento externo e também a intensificação do processo inflacionário. A partir daí, emerge um novo padrão de desenvolvimento dependente, caracterizado como liberal periférico (Filgueiras,2015). A taxa de lucro aumentou, com flutuações posteriores, caindo novamente após a crise de 2008.

Os dois padrões de desenvolvimento demonstraram que o capitalismo brasileiro tem caráter dependente. Essa dependência é endógena de países periféricos, e define o bloco de poder que controla o Estado, influenciando o financiamento dos padrões de desenvolvimento e a entrada e difusão do progresso tecnológico (Filgueiras,2015). Daí a necessidade de analisar a influência dos padrões de desenvolvimento na intensificação ou amenização de processos de dependência, pois este define o subdesenvolvimento enquanto estágio prévio ao desenvolvimento (não é o caso do Brasil).

A orientação nacionalizante, o foco na expansão da produção e também a industrialização por substituição de importações caracterizam o primeiro padrão de desenvolvimento. Já o segundo é marcado pela tendência liberalizante e desindustrialização, bem como a reprimarização e financeirização. A transição de um padrão para outro no Brasil ocorreu como uma resposta à ruptura do padrão de financiamento da expansão industrial (Prado,2017).

Analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil perpassa a compreensão de uma noção muito importante para a teoria marxista:os espaços de valor que compõem o sistema global (regiões,países,estados,etc) não podem ser considerados independentes entre si nem tampouco partes que se encontram e se encaixam perfeitamente no todo. O Brasil não pode ser analisado somente em sua dinâmica interna, ou externa. Segundo Filgueiras (2015), é necessário analisar o país a partir da fase final de seu processo de

industrialização, ou seja, enquanto um país que conseguiu internalizar a dinâmica de seu processo de desenvolvimento.

Nas últimas décadas, o Brasil se integrou ao processo de globalização, enquanto plataforma de acumulação para o capital financeiro internacional, transferindo excedentes para o exterior através de remessas de juros, royalties e lucros (Prado,2017). Não obstante, seu segundo padrão de desenvolvimento, chamado de “liberal periférico” caracterizado por desindustrialização, reprimarização e financeirização, é uma forma específica de inserção na economia mundial através da hegemonia de um “bloco de poder”.

Segundo Filgueiras (2012), o bloco de poder é constituído por classes e frações de classes que se unem para manter uma hegemonia ideológica e também política na sociedade, por meio do que é possível comandar intervenções diretas e indiretas, operacionais, legislativas do Estado, orientando o processo de desenvolvimento para que ocorra de acordo com seus interesses. No período liberal periférico, o bloco de poder era liderado pela burguesia financeira, a qual se aliou com forças sociais que eram alinhadas à subordinação do Brasil ao imperialismo. Destacam-se as ligadas ao agronegócio e à exportação de commodities.

O período liberal periférico, caracterizado como o período de consolidação dos governos Lula, é constituído a partir do esgotamento do Modelo de Substituição de Importações (Filgueiras e Gonçalves,2007). Existe um processo de legitimação daquele modelo advindo principalmente da melhora de indicadores macroeconômicos (decorrente de conjuntura internacional favorável), e também da flexibilização da política econômica. São fatores que contribuem para a consolidação da hegemonia no sentido preciso de Gramsci, no que diz respeito a frações financeiro-exportadoras do capital além de grupos privados e estatais (Filgueiras,2010).

A dinâmica macroeconômica instável do modelo liberal-periférico no Brasil parte de mudanças profundas que Filgueiras (2010) classificou em cinco dimensões: 1- a relação capital/trabalho, 2- a relação entre distintas frações do capital,3-inserção internacional,4-estrutura e funcionamento do Estado e 5-formas de representação política (Filgueiras,2010). A primeira e a última dimensão são fundamentais para a

compreensão do desenvolvimento capitalista dos governos Lula. Isso porque as mudanças na relação capital-trabalho aconteceram devido a um processo de reestruturação produtiva que culminou na redefinição da correlação de forças existente, com enfraquecimento do poder político e de negociação das representações das classes trabalhadoras. O modelo neoliberal começa redefinindo as forças políticas a favor do capital, o que mais tarde irá criar a conjuntura de revolta por mudanças no quadro de desemprego, e desregulamentação do mercado de trabalho.

As mudanças nas formas de representação política demonstraram que nos anos 1990, tendo vencido o projeto neoliberal, as decisões que diziam respeito à luta de classes foram modificadas em direção às instâncias formais dos parlamentos, dentro de agências e órgãos do Estado. As relações sociais desse modo, passam por um processo de despolitização, com ampla dominação do capital financeiro. Os mercados passam a ser o sujeito regulador da economia e também da própria sociedade. O resultado é a ditadura do mercado, que Filgueiras (2010) caracteriza como “via única”.

Como foi dito anteriormente, a dependência endógena de países periféricos como o Brasil é uma característica do atual modelo de desenvolvimento do capitalismo no país. Além das consequências das mudanças supracitadas (relação capital-trabalho, representação política, estrutura e funcionamento do Estado, etc), há também uma instabilidade macroeconômica permanente, associada àquela dependência em relação ao capital financeiro nacional e internacional, sustentada por altas taxas de juros pagas pelos títulos das dívidas.

As exportações passaram a ter um papel fundamental no modelo neoliberal periférico, e no período do governo Lula, foi possível perceber uma dependência do comércio internacional, condicionando as decisões internas. A obtenção de superávits comerciais influencia fortemente a dinâmica interna da economia brasileira, com redução da vulnerabilidade externa e capacidade de crescimento sem crise cambial (Filgueiras,2010). A situação internacional possibilitou uma valorização do câmbio, além de melhora na balança comercial.

É necessário pontuar que todos os aspectos que permearam o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil antes, e também durante os governos Lula fazem parte

de um processo de implantação e evolução do projeto neoliberal no país, o qual teve pelo menos três fases. Segundo Filgueiras (2006), houve uma fase inicial bastante turbulenta, caracterizada pelo rompimento com o MSI e pelas primeiras ações concretas de natureza neoliberal, além de uma segunda fase (FHC) de ampliação da nova ordem econômico-social e ainda uma terceira, de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual destaca-se a consolidação da hegemonia do capital financeiro (Segundo FHC, e governo Lula).

O governo Lula continuou a política econômica do segundo Governo FHC, com metas de inflação reduzidas, elevação das taxas de juros fixadas, regime de câmbio flutuante e superávits fiscais. Além disso, priorizou as reformas neoliberais, com a implementação de uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizou uma reforma sindical e das leis trabalhistas. Também encaminhou a proposta de independência do Banco Central e deu sequência a uma nova fase de privatizações com as chamadas Parcerias Público-Privadas, para aprimorar a infra-estrutura.

Não houve, portanto, enfrentamento com o bloco dominante no primeiro governo Lula, tendo havido manutenção de um programa e políticas neoliberais. Esse programa gerou um modelo econômico com dinâmica macroeconômica extremamente instável, atenuadas suas características a partir do segundo governo Lula, como veremos na próxima sessão, quando o crescimento do mercado interno resultou de mudanças nos investimentos e na distribuição de renda.

A hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante, e a ausência de uma definição programática para as indústrias deixa clara a impossibilidade de caracterizar o governo Lula como desenvolvimentista. A desindustrialização se aprofundou ao longo dos governos petistas, por ausência de medidas efetivas, além de dificuldades impostas pela política de estabilização (Fonseca et.al,2019).

A instabilidade macroeconômica de um projeto neoliberal foi atenuada pela existência de um objetivo muito claro em relação à redistribuição de renda. O padrão histórico de crescimento do Brasil sempre foi com intensa concentração de renda. Existiu uma quebra de tendência a partir de 2003, com queda na pobreza e na

concentração de renda. Apesar da aliança com setores da burguesia, havia o compromisso com a redução das desigualdades.

Houve, entretanto, rompimento com dois aspectos do neoliberalismo, que serão discutidos mais à frente : transferência de renda do capital para o trabalho, e retomada pelo estado por políticas ativas de investimento.

3.Lucratividade e a evolução capitalista no Brasil no governo Lula

Após o término da II Guerra Mundial, o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil pode ser compreendido historicamente a partir da evolução da sua taxa de lucro. O lucro é , segundo Marquetti (2010), a força motriz primordial do capitalismo. Portanto, no período que se estende de 1952 a 2015, é possível perceber dois padrões de desenvolvimento dependente, marcados por distintas trajetórias da taxa de lucro (Prado,2017; Marquetti,2016).

O lucro é o objetivo final da produção e dos investimentos. Quando há queda na taxa de lucro, há também redução nas expectativas de lucratividade e diminuição dos planos de investimento das empresas, bem como da acumulação de capital. Portanto, o declínio da taxa de lucro significa crise com queda nas taxas de crescimento, produção e emprego (Marquetti,2016).

A quase estagnação da economia capitalista no Brasil (anos 1980 em diante) pode ser explicada pela intensa queda da taxa de lucro, mantida em nível baixo. A taxa de lucro, calculada a partir das contas nacionais, é dada por:

$$r = \frac{L}{K} = \frac{L}{Y} \cdot \frac{Y}{K} = \omega \cdot v$$

Cuja decomposição vem da relação produto-capital, e se justifica através da teoria de como acontece a acumulação de capital. Segundo Prado (2010), a participação do lucro no produto reflete a repartição do valor adicionado que surge nos períodos de tempo entre o trabalho e o capital. Por outro lado, a relação produto-capital demonstra o resultado da incorporação de tecnologia na produção. Os capitais concorrem em busca de maior lucratividade.

De acordo com Marquetti (2014), a evolução da economia capitalista no Brasil contou com um “progresso técnico enviesado no sentido previsto por Marx”, e concluiu

que a evolução de longo prazo da taxa de lucro é determinada pela evolução da produtividade do capital. Segundo o autor, existem algumas características que devem ser observadas: aumento flutuante do produto e do emprego; aumento da produtividade do trabalho conjuntamente ao aumento do salário real; crescimento tendencial da intensidade de capital, com queda da relação produto-capital; queda tendencial da taxa de lucro; tendência consequente à redução da taxa de acumulação.

Para análise do governo Lula, é fundamental compreender que a evolução da taxa de lucro pode ser explicada pelo seguinte fator: redução da parcela dos lucros na renda com fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores. Os trabalhadores aumentam sua capacidade de obtenção de salário a uma maior velocidade do que a elevação da produtividade do trabalho. A forte queda da taxa de lucro a partir de 2003 influencia a correlação de forças do poder de barganha dos trabalhadores.

Entre 2003 e 2007 a taxa de lucro cresceu concomitantemente ao aumento da parcela dos salários na renda nacional. Dentre os motivos para isso, estão a maior utilização da capacidade instalada e o aumento da produtividade potencial do capital (Marquetti, 2016). Os primeiros anos de governo Lula foram marcados pela adoção de uma política econômica de hegemonia neoliberal. Esse cenário mudou a partir de 2005, quando do direcionamento desenvolvimentista resultante da mudança no ministério da fazenda.

A compreensão da manutenção dos níveis da taxa de lucro até a crise do neoliberalismo requer dois níveis de conhecimento. O primeiro diz respeito ao comportamento inerente do capitalismo e suas contradições, e o segundo diz respeito à influência da política econômica conduzida no período. A financeirização no capitalismo brasileiro resultou de uma forma histórica geral de dominação do capital em cima do trabalho assalariado, visto que o capital industrial havia fracassado em gerar uma taxa de lucro satisfatória. Desse modo, a valorização do câmbio e a punção do lucro na forma de dividendos são resultados esperados em um modelo de crescimento que se sustenta de acordo com as circunstâncias históricas (Prado, 2017).

Sabemos que a utilização da capacidade instalada influenciou o aumento da taxa de lucro, mas isso só foi possível devido às políticas de estímulo à demanda e ao

investimento. O expansionismo da política fiscal e a política de valorização do salário mínimo também foram importantes para expandir o consumo das famílias. Houve uma combinação de elevada taxa de juros real com políticas desenvolvimentistas.

A situação internacional, como foi dito anteriormente, contribuiu para manter os superávits comerciais e a demanda internacional por commodities cresceu. Dentre as consequências da alta na taxa de juros e nos preços das commodities está a apreciação do real. Houve diminuição do déficit em transações correntes, e aumento no déficit comercial da indústria de transformação. De acordo com Marquetti (2016), foi reforçado o papel de produtor de commodities atribuído pela divisão internacional do trabalho.

A taxa de câmbio valorizada permitiu atenuar os efeitos dos aumentos salariais nos preços dos produtos industriais na concorrência internacional, e também os efeitos do aumento dos preços internacionais das commodities no mercado doméstico. Foi possível o controle da inflação, e o aumento da taxa de juro real que permitiu a valorização cambial e favoreceu o aumento da parcela salarial. Uma consequência crucial foi o aumento precoce da desindustrialização.

Dois fatores foram fundamentais para que o aumento da taxa de lucro estivesse combinado à redistribuição de renda em favor do trabalho, como se observou nos governos Lula: as políticas públicas e a elevação dos termos de intercâmbio. Segundo Carvalho (2018), foi somente após a renúncia de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda e principalmente durante o segundo mandato de Lula, que o mercado interno passou a apresentar crescimento considerável, dada a expansão do consumo das famílias e dos investimentos.

Deve-se observar a maior utilização da capacidade instalada, bem como do aumento da produtividade potencial do capital para induzir um crescimento do tipo wage-led. Quando houve aumento na lucratividade, a taxa de investimento expandiu de 16,6% em 2003 para 18% em 2007. Parte desse processo pode ser explicado pelo movimento anterior de iniciar um processo de redistribuição de renda (redução da pobreza, aumento real do salário mínimo e acesso ao crédito) paralelo ao investimento público.

No que diz respeito à distribuição funcional da renda, a qual indica o montante da renda gerada no país que cabe aos capitalistas na forma de lucros e a que cabe aos trabalhadores na forma de salários, entre 2001 e 2004 o montante dos lucros na renda nacional cresceu de maneira contínua, indo de 45,2 a 47,5%. A principal mudança distributiva, segundo Carvalho (2018) pode ser observada pela redução do índice de Gini para salários: o salário dos 10% mais pobres é maior do que o salário médio ou mediano.

O Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo funcionaram como estabilizadores automáticos, quando do contexto da crise do neoliberalismo que atingiu o Brasil. A reação foi a adoção de políticas de expansão fiscal e monetária e a lucratividade em 2010 foi recuperada em relação a 2009, com indicadores estáveis de investimento e PIB (Marquetti, 2016).

A produtividade potencial do capital de pleno emprego foi severamente afetada pela grande recessão, e a queda da produtividade do capital sofreu efeito da redução das commodities e na mudança na composição de investimentos no país. O nível da capacidade instalada caiu em 2009 mas logo depois se recuperou até 2011.

A manutenção dos ganhos financeiros devido à elevada taxa de juro real caracteriza o acordo expresso pelo presidente Lula na Carta aos Brasileiros, o que nos permite afirmar que as condições históricas dadas pela correlação de forças das classes sociais e instituições no Brasil conformou o tipo de desenvolvimento capitalista que se seguiu. A transferência do capital para o trabalho e o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, resultantes dos indicadores de desemprego, permitiu a queda na concentração de renda e nas desigualdades.

4. Conclusão

Considerando a medida de lucro enquanto taxa que considera a parcela que é apropriada pelas classes, a sua divisão e a divisão dos salários contém um elemento de improdutividade que contribui para erguer os pilares do capitalismo enquanto sistema que necessariamente permite a coexistência de desigualdade de renda como parte do sistema de salários. Historicamente, a classe trabalhadora recebe uma soma menor dos bens produzidos e a dinâmica do mais-valor e da produtividade potencial do capital é determinada por elementos internos e externos à economia capitalista no Brasil.

No Brasil, a existência de uma dependência endógena é característica do atual modelo de desenvolvimento do capitalismo no país, e provém daí importantes reflexos como mudanças na relação capital-trabalho, representação política, estrutura e funcionamento do Estado, entre outros. Destaca-se a instabilidade macroeconômica permanente, associada à dependência do capital financeiro nacional e internacional, com impactos na oferta de trabalho e distribuição funcional da renda.

O modelo de desenvolvimento liberal periférico e sua forma de funcionamento, apresentou durante os últimos vinte anos reflexos distintos na distribuição funcional da renda no Brasil, e seus processos de desigualdade. Durante os governos Lula o aumento da taxa de lucro esteve combinado à redistribuição de renda em favor do trabalho, devido às políticas públicas e elevação dos termos de intercâmbio. No segundo mandato, foi possível observar crescimento considerável do mercado interno devido à expansão do consumo das famílias e do investimento. O processo de redistribuição de renda com aumento do salário mínimo, oferta de crédito e redução da pobreza resultou em importante mudança distributiva com redução do índice de Gini, e impacto significativo na desigualdade. É possível afirmar que o modelo liberal periférico nos governos Lula apresentou mudanças importantes na redução da desigualdade e no comportamento da taxa de lucro, mesmo enquanto parte da história do neoliberalismo no Brasil.

Bibliografia

AUGUSTO,A.G. Lei de tendência à queda da taxa de lucro: resenha crítica de uma polêmica. *Economia-Ensaios*. Uberlândia. 2005

BARRO, R. J. Inequality and growth in a panel of countries. *Journal of Economic Growth*, v. 5, n. 1, p. 5-32, 2000.

CARVALHO, L. Valsa brasileira: do Boom ao caos econômico. Ed. Todavia. 2018

FILGUEIRAS, Luiz.“A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro”. *Margem Esquerda*, nº 23. 2015

FILGUEIRAS, Luiz (2012) “A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização”. Relatório de Pesquisa do Centro Censo Furtado

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A Economia Política do Governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007

FILGUEIRAS,L. PINHEIRO,B. PHILIGRET,C.BALANCO,P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Ed.Garamond,2010

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

FONSECA,P.C.D. AREND,M. GUERRERO, G.A. Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil

MARQUETTI,A. FILHO,E.M., LAUTERT,V. The profit rate in Brazil,1953-2003. *Review of Radical Political Economics*. 2010

MARQUETTI, A. FILHO, E.M., MIEBACH,A. MORRONE,H. Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro:1950-2020. 2021

MARQUETTI, A. HOFF,C. MIEBACH, A. Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira. 2016

PRADO,E. “Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil”. Revista de Economia Política, vol.37,nº3. 2017

PEET,R. Inequality and Poverty: a marxista-geographic theory. ANNALS OF THE R ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS .Vol. 65, No. 4, December 1975

PIKETTY,T. Desigualdade e concentração:primeiras impressões.Cap.7 in *O capital no século XXI*. 2013

REUTEN, G. Accumulation of capital and the foundation of the tendency of the rate of profit to fall. *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 15, No. 1 (March 1991), pp. 79-93

SAAD,A. O valor de Marx. Unicamp. Campinas. 2011

SANTOS,M. CUNHA,S.M. GADELHA, R.S. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico: Análise da hipótese de Kuznets para os estados brasileiros no período 1992-2010. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. Vol 11,n.2 ,pp.251-271,2017

XIE,F.LI,A.ZHU,A. Marxist Crisis Theory and the Rate of Profit in the U.S.Economy during 1975-2008. *Economic and Political Studies*. January 2013